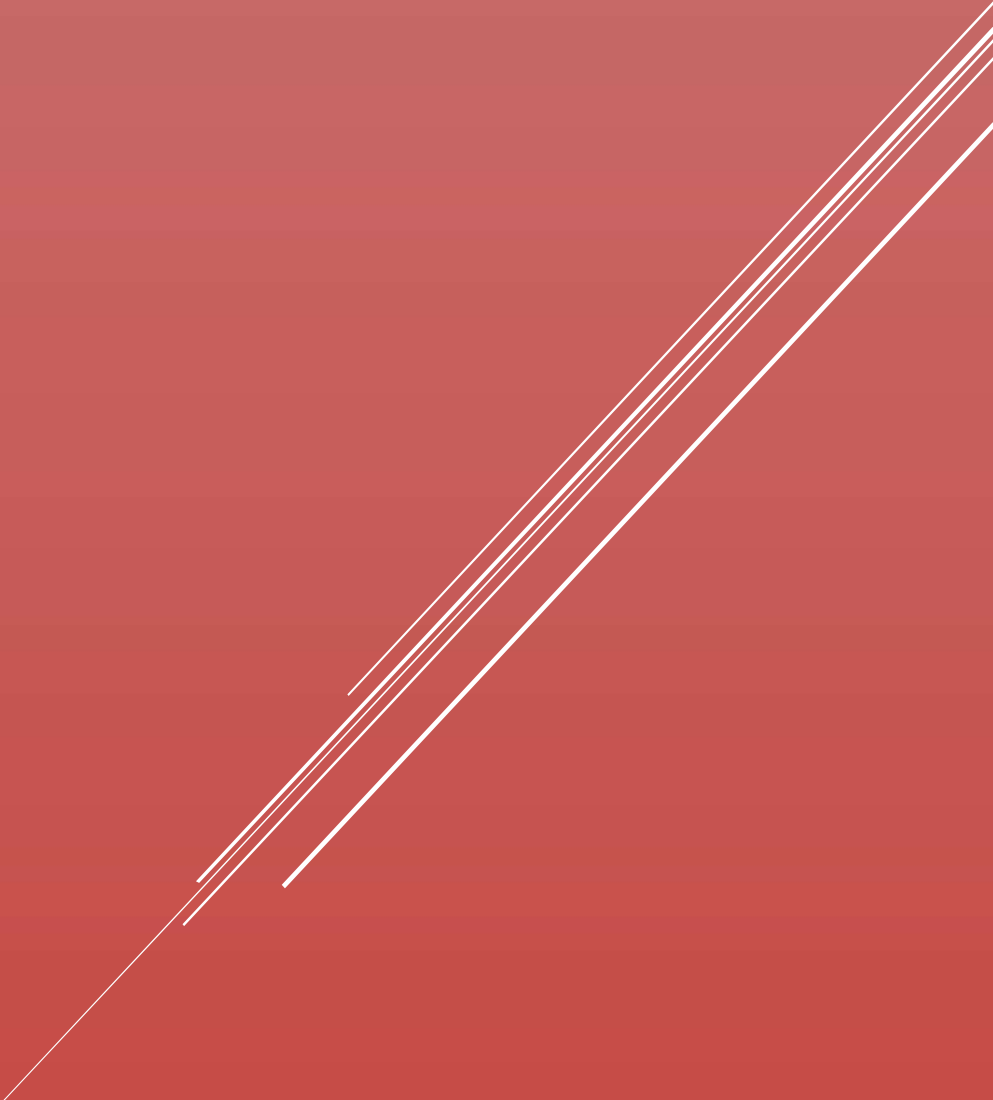




RESUMO EM TABELAS DIREITO ADMINISTRATIVO

vahestudar

3ª edição
2019

DIREITO ADMINISTRATIVO

RESUMO EM TABELAS

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	2
CAPÍTULO 2 - ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	3
CAPÍTULO 3 - ATOS ADMINISTRATIVOS.....	4
CAPÍTULO 4 - PODERES ADMINISTRATIVOS.....	7
CAPÍTULO 5 - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	8
CAPÍTULO 6 - LICITAÇÕES	9
CAPÍTULO 7 - CONTRATOS	13
CAPÍTULO 8 - AGENTES PÚBLICOS	16
CAPÍTULO 9 - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	25
CAPÍTULO 10 - BENS PÚBLICOS	26
CAPÍTULO 11 - SERVIÇOS PÚBLICOS	28
CAPÍTULO 12 - CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	31
CAPÍTULO 13 - PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL.....	33
REFERÊNCIAS	34

Introdução

Sumário Analítico

Capítulos	1. REGIME JURÍDICO-ADM.	2. ORGANIZAÇÃO DA ADM.	3. ATOS
<u>São 13:</u> - Regime jurídico-adm. - Organização da Adm. Púb. - Atos administrativo - Poderes administrativos - Responsabilidade do Estado - Licitações - Contratos - Agentes públicos - Improbidade administrativa - Bens Públicos - Serviços públicos - Controle da Adm. Púb. - Processo Adm. Federal	- Formação do Estado - Direito Administrativo - Administração Pública - Princípios	- Teoria do Órgão - Concentração administrativa - Pessoas Jurídicas do Estado - Agências - Terceiro Setor	- Atos e Fatos - Requisitos - Atributos - Formação - Classificação - Espécies - Reserva do possível - Desfazimento - Convalidação
	4. PODERES	5. RESPONSABILIDADE	6. LICITAÇÕES
	- Características - Espécies - Abuso	- Teorias - Risco administrativo	- Aspectos gerais Objetivos, Critérios, Fases, Prazos, Desempate e Preferência - Princípios - Modalidades - Compras diretas - Anulação e Revogação - Recursos - Sistema de Reg. de Preços - Regime Dif. de Contratações - Sustentabilidade nas compras
	7. CONTRATOS	8. AGENTES PÚBLICOS	9. IMPROBIDADE
	- Contrato administrativo - Contrato da administração - Características gerais - Cláusulas - Prazos e vigências - Garantias - Sanções - Rescisão - Extinção - Prorrogação - Renovação - Convênios - Teoria da Imprevisão - Teoria das Áleas	- Tipificação, Espécies e Agentes - Agente administrativo - Cargo e Concurso - Investidura, Estágio e Estabilidade - Provimento, Vacância e Deslocamento - Remuneração e Vantagens - Licenças, Afastamentos e Concessões - Direito de petição - Deveres e Proibições - Acumulação de cargos - Responsabilidade do serv. - Penalidades - Processo Adm. Disciplinar	- Improbidade administrativa - Crime de Responsabilidade - Independência - Modalidades - Sujeito Ativo x Passivo - Proposição e Representação (Competência para Propor x Direito de Representação) - Vedações - Prescrição - Sanções e penas
10. BENS	11. SERVIÇOS	12. CONTROLE DA ADM.	13. PROCESSO ADM. FED.
- Definição - Afetação - Classificação - Formas de uso - Garantias - Intervenção do Estado na Propriedade	- Definição e tipos - Competências - Princípios - Titularidade - Classificação - Delegação por colaboração - PPP e Paraestatais	- Definição - Sistemas de controle - Funções dos Poderes - Classificações	- Aspectos gerais - Princípios - Impedimentos - Suspeição

Capítulo 1 - Regime Jurídico-Administrativo

FORMAÇÃO DO ESTADO	<i>Estado é</i>	<i>Formação</i>	<i>Evolução</i>
	Povo + Território + Governo Território definido Governo soberano	<u>Naturalista:</u> O Estado existe com a existência do homem É parte natural da organização social humana <u>Contratualista:</u> O Estado existe a partir de um “contrato social” Entre sociedade e governo	<u>Estado Antigo:</u> Oriental ou Teocrático; <u>Estado Grego:</u> Cidades Estados; <u>Estado Romano:</u> Império. <u>Estado Medieval:</u> Feudos e Reinados; Absolutistas. <u>Estado Moderno:</u> Liberal, Democrático e Social-democrático
DIREITO ADMINISTRATIVO	<i>Definição</i>	<i>Fontes do DAD</i>	<i>Sistemas de Controle</i>
	Conjunto de regras e princípios jurídicos Que regem órgãos, agentes e atividades públicas Para realizar os objetivos do Estado <u>Sem</u> provocação, com destinatários definidos e por ato imediato	- Constituição Federal (CF/88) - Leis esparsas - Jurisprudências - Doutrinas - Costumes	<u>JURISDIÇÃO UNA:</u> Sistema inglês 1 Judiciário julga tudo Utilizado no Brasil <u>JURISDIÇÃO DUAL:</u> 1 judiciário p/ Direito Público 1 judiciário p/ Direito Privado
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA <i>no Brasil</i>	<i>Estado</i>	<i>Administração Pública</i>	
	República Federativa do Brasil PJ (pessoa jurídica) de direito público externo Permanente e soberano PR (Presidente da República) como Chefe de Estado	<u>sentido AMPLO:</u> <i>Atividade Política + Administrativa</i>	<u>sentido ESTRITO:</u> <i>Atividade Administrativa</i> - Formal: FSO - Material: MOF
	<i>Governo</i>	sentido FORMAL	sentido MATERIAL
	Cúpula política Atividade discricionária Transitório (mandato)	- Formal/Subj./Org. - 8 pessoas jurídicas (rol taxativo) - Administração Direta e Indireta - “quem” executa	- Mat./Obj./Funcional - “o que” é executado - Qualquer pessoa que desenvolve um bem/serviço público
PRINCÍPIOS LIMPE SIR CASA <i>(limpe sua casa)</i>	<i>Fundamentais</i>	<i>Explícitos na CF/88</i>	<i>Implícitos</i>
	Originam todos os outros princípios Mas <u>NÃO</u> há prevalência Os princípios são complementares <u>Princípios Fundamentais:</u> - Supremacia do interesse público - Indisponibilidade int. p.	LIMPE - Legalidade - Impessoalidade - Moralidade - Publicidade - Eficiência	SIR CASA - Supremacia do interesse público - Indisponibilidade interesse púb. - Razoabilidade e proporcionalidade - Continuidade do serviço púb. - Autotutela - Segurança jurídica - Ampla defesa e contraditório

Capítulo 2 - Organização da Administração

TEORIA DO ÓRGÃO	Teorias	Definição de Órgão	Características	Órgão x Agente
	Teoria do mandato Teoria da representação TEORIA DO ÓRGÃO	centros de competência especializada meros feixes despersonalizados	NÃO é PJ *mas tem CNPJ NÃO tem responsabilidade civil NÃO assina contrato (salvo o contrato de gestão) Pode figurar em processo judicial	O agente está imputado à PJ a qual o órgão está ligado A ação do agente representa a vontade do Estado
	Hierarquia	Tipos		Funções
	- Independente: PR - Autônomo: Ministério - Superiores: Superintendência - Subalternos: Delegacia	- Simples: <u>não</u> se divide - Composto: se divide - Colegiado: várias pessoas - Singular: uma pessoa	- Função Ativa *agir - Função Consultiva - Função de Controle	
CONCENTRAÇÃO ADMINISTRATIVA	CENTRALIZAÇÃO	DESCONCENTRAÇÃO	DESCENTRALIZAÇÃO	
	Órgãos e agentes da Adm. Direta desenvolvendo atividades próprias	Criação de Órgão Dentro da mesma PJ (Pessoa Jurídica) Há hierarquia e subordinação	criação Entidade Adm. Direta cria PJ princípio da especialização autonomia e controle finalístico <u>São 2 tipos:</u> - Deleg. Outorga Legal - Deleg. Colaboração	<u>Deleg. OUTORGA LEGAL:</u> Titularidade + execução Lei Ordinária cria Autarquia <u>Deleg. COLABORAÇÃO:</u> Apenas transf. execução Lei Ord.: FP SEM EP Contrato: Concessão (PJ) Permissão (PJ/PF) Ato: Autorização (PF)
PESSOAS JURÍDICAS DO ESTADO	Pessoas Jurídicas	Adm. DIRETA	Adm. INDIRETA	
	São 8 <u>Adm. DIRETA:</u> - União - Estados - DF - Municípios <u>Adm. INDIRETA:</u> - Autarquia - Fundação pública - SEM - EP	Criadas pela CF/88 PJ de direito púb. Descentralização política Capacidade política (leis) Independentes e cooperados NÃO há subordinação Poder LEG / EXE / *JUD	Criadas/autor. por Lei Ordinária PJ de direito Púb/Priv. Descentralização adm. Controle finalístico NÃO há subordinação Previstos no DL 200/67 (Decreto-Lei)	
AGÊNCIAS	Agências Executivas		Agências Reguladoras	
	Órgãos ou Entes qualificados por Contrato de Gestão Plano prévio de reestruturação/desenvolvimento		Autarquias em regime especial Contrato de gestão Autonomia administrativa, patrimonial, orçamentária e financeira	